

## Prefeitos pedem ao Senado mais recursos para municípios

Comissão reivindica ao presidente do Senado, José Sarney, apoio para aprovar emenda que aumenta recursos do FPM. Presidente da Frente Parlamentar Pró-Municípios, Ney Suassuna diz que lutará para garantir na reforma tributária uma repartição mais justa do resultado dos impostos

Página 5



Fotos: Ines de Araújo



**DEBATE** Senador Romeu Tuma (entre Eduardo Azeredo e Leonel Pavan) fala aos prefeitos de todo o país, reunidos no Auditório Petrônio Portella depois de marcha em Brasília

### Previdência pode parar na Justiça, alerta MP

Alguns pontos da proposta de reforma da Previdência poderão ser questionados na Justiça, segundo o representante da associação dos membros do Ministério Público, Fernando Vieira. Ele fez o alerta na primeira audiência sobre o tema promovida pela Comissão de Justiça. O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, disse que o projeto busca a justiça social.

Página 4



**AUDIÊNCIA** Ricardo Berzoini (E) ouve dirigente sindical, ao lado de Edison Lobão, Tião Viana e Lúcia Vânia



### Mais rigor contra a falsificação de produtos

O Plenário votou diversos projetos, entre eles o que agrava as penas por crimes contra a propriedade industrial e o que garante o pagamento do 13º salário de 2002 aos servidores do Rio.

Página 3

Roosevelt Pinheiro



**MERECIMENTO** Simon ressalta que indicado viveu e morreu buscando a paz entre os países

## Vieira de Mello é indicado ao Nobel da Paz

O Senado aprovou proposta apresentada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) de indicar o nome do embaixador Sérgio Vieira de Mello, morto no mês passado em atentado terrorista contra a sede da representação das Organizações das Nações Unidas (ONU) no Iraque, como candidato ao Prêmio Nobel da Paz de 2003. O requerimento de Simon foi aprovado por unanimidade.

– Sérgio Vieira de Mello morreu buscando a paz entre os países. Acho difícil encontrar na história da humanidade um fato e um momento semelhante a esse: uma pessoa que tenha vivido e tombado a serviço da causa da liberdade e da paz – afirmou Simon.

Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o ataque à sede da ONU no Iraque foi um “erro gravíssimo”. Os senadores Tião Viana (PT-AC) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também defenderam a aprovação do requerimento. O senador Hélio Costa (PMDB-MG) disse que a candidatura de Vieira de Mello representará o Brasil na disputa pelo Nobel da Paz.

# Agenda



## Salvador Allende é homenageado em sessão especial

Os senadores realizam hoje, às 11h, sessão especial em homenagem ao ex-presidente chileno Salvador Allende, morto no dia 11 de setembro de 1973. Às 14h30 tem início a sessão deliberativa ordinária, quando deverá ocorrer a

terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13/03, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que transfere para a legislação estadual a competência sobre a criação de novos municípios.

## Embaixador do Uruguai será recebido por José Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), acompanhado de Marco Tronchetti Provera, do Grupo Telecom Itália; às 10h30, o embaixador Juan José Real, do Uruguai; às 15h, o ministro da Educação, Cristovam Buarque.

## Indicações para embaixadas na Venezuela e na Dinamarca

Às 9h30, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) se reúne para examinar a indicação de João Carlos de Souza Gomes e de Marco César Meira Naslausky para, respectivamente, exercer

o cargo de embaixador do Brasil junto à República Bolivariana de Venezuela e ao Reino da Dinamarca. Também consta da pauta do colegiado o projeto que trata do acordo

entre o Brasil e a Ucrânia (PDL nº 393/03) sobre salvaguardas tecnológicas para a participação da Ucrânia em lançamentos aeroespaciais da Base de Alcântara, no Maranhão.

## Profissão de agente comunitário na Comissão de Assuntos Sociais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) – foto –, se reúne a partir das 10h para votar, entre outros itens, o projeto que cria a profissão de agente comunitário de saúde (PLS nº 145/02);



a proposta que concede passe livre em vôos interestaduais à pessoa carente portadora de deficiência (PLS nº 32/02); e o Projeto de Lei da Câmara nº 24/03, que cria o exercício da profissão de turismólogo.

## Subcomissão Fome Zero faz reunião

A Subcomissão Temporária Fome Zero, criada para acompanhar programas de transferência de renda e as medidas a serem adotadas para combater a desnutrição no país, reúne-se a partir das 9h30 para definir a pauta de trabalho deste mês. A subcomissão, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), é presidida pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).



## Audiência pública na CFC

A reunião da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) para votar requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que solicita audiência pública com o ministro da Saúde, Humberto Costa, prevista para ontem, foi transferida para hoje, às 11h30. Costa deve falar ao colegiado sobre procedimentos administrativos no Instituto Nacional do Câncer.

## Relatórios do TCU em exame

Para examinar avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias em órgãos públicos e para apreciar contas do governo federal, do Ministério Público da União, dos tribunais superiores, da Câmara e do Senado, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne hoje, às 10h. A CMO é presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Regras para extradição no Mercosul

O Senado aprovou ontem projeto que ratifica acordo de extradição assinado entre os países membros do Mercosul no dia 10 de dezembro de 1998. Pelo acordo, qualquer extradição terá antes que ser submetida, no Brasil, ao Supremo Tribunal Federal (STF), e não será considerado crime aquele de natureza política. Genocídios, crimes de guerra ou contra a humanidade e atentados contra a vida de chefes de Estado ou de governo serão tratados como crimes comuns.

Ainda pelo projeto aprovado (PDL nº 383), ficam sujeitos à exame pelo Congresso Nacional quaisquer atos que resultem em revisão do acordo de extradição. A matéria foi relatada pelo senador José Agripino (PFL-RN).

A proposta que trata do 21º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica do Mercosul e do Chile (PDL nº 384) também foi acolhida pelo Plenário. O protocolo se refere ao regime de solução de controvérsias entre os países membros. O relator foi João Capiberibe (PSB-AP).

### Acordo

O texto do Acordo de Sede firmado entre o Brasil e o Centro Interamericano de Administrações Tributárias, assinado no Chile, também recebeu voto favorável. O relator do projeto (PDL nº 386/03) foi o senador João Ribeiro (PFL-TO). Outro projeto de decreto legislativo (nº 387) aprovado ontem aborda o texto dos Estatutos do Centro Interamericano de Administrações Tributárias, adotado na Cidade do Panamá em julho de 2000, relatado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Foram aprovados ainda na sessão de ontem o projeto que trata do Acordo para o Provedor de Capacidade Espacial, entre o Brasil e a Argentina, (PDL nº 389); e o PDL nº 390 com o texto do Acordo-Quadro de Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais, que trata da reciprocidade em tecnologia espacial, ambos relatados por Marco Maciel (PFL-PE).

Foi acolhido ainda o PDL nº 391, relatado por Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), com o texto do convênio entre Brasil e Argentina que trata da assistência a cidadãos onde não haja embaixada de qualquer um dos países.

## Indicação para a Adene é acolhida

Após discussão em turno único, o Plenário do Senado aprovou ontem a indicação, feita pelo Poder Executivo, do economista José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos para exercer o cargo de diretor-geral da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). A decisão será encaminhada à Presidência da República. Criada por medida provisória, a Adene é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Integração Nacional e substituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), extinta em 4 de maio de 2001 pela mesma medida. O futuro diretor-geral da Adene é aposentado pelo Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe) e atuava como consultor, entre outras, nas áreas de economia, finanças, macroeconomia e análise de conjuntura.

## Araújo Castro pode assumir embaixada

O Senado aprovou por 48 votos favoráveis, 7 contrários e 2 abstenções o nome do embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro para representar o Brasil junto a Belize (América Central). A proposta foi incluída extrapauta na ordem do dia.

## Comissão para Regimento Interno

O Plenário aprovou requerimento de José Sarney (PMDB-AP) e Tião Viana (PT-AC) determinando a criação de uma comissão temporária a ser integrada por cinco senadores para, em 30 dias, consolidar os projetos que propõem alterações no Regimento Interno do Senado. Outro requerimento aprovado, do senador Efraim Morais (PFL-PB), solicita a tramitação em conjunto de projeto de sua autoria (PLS nº 319/2003) que trata da utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de prestações em atraso relativas a financiamento habitacional, e projeto de lei da Câmara (PLC nº 18/2002) que permite usar o FGTS para a aquisição de lote urbanizado.

# Aprovadas penas mais graves para crimes contra propriedade industrial

**Projeto que retorna ao exame da Câmara estabelece reclusão de até quatro anos, além de multa**

O Plenário do Senado realizou ontem a votação em turno suplementar e ratificou a aprovação do projeto que endurece as penas aplicadas aos crimes contra a propriedade industrial. A proposta, alterada pelo Senado, retorna à Câmara dos Deputados.

O senador Demostenes Tor-

res (PFL-GO), relator na CCJ, destacou o mérito do projeto de lei da Câmara (PLC nº 11/2001) em impor penas mais rigorosas para crimes contra a propriedade industrial, que devem variar de dois a quatro anos de reclusão e multa. Além disso, a proposta admite a prisão em flagrante de pessoas envolvidas com a produção ou comercialização de produtos falsificados e concorrência desleal. O senador assinalou ainda a possibilidade de o titular do direito violado recorrer à Justiça para que se proceda à apreensão e à destruição dos produ-

tos falsificados ou negociados por meio de concorrência desleal.

– O projeto reduzirá sensivelmente a ocorrência de crimes que são praticados em larga escala contra a propriedade industrial – afirmou Demostenes no parecer ao projeto.

A proposição prevê a instauração de ação penal pública incondicionada – por parte do Ministério Público – nos casos em que os delitos contra a propriedade industrial acarretarem sonegação fiscal ou outro crime contra a ordem tributária ou relações de consumo.



**RESULTADO** Demostenes ressalta possibilidade de se destruir produto falsificado



**ALÍVIO** Projeto acolhido pelo Plenário viabiliza pagamento do décimo terceiro salário de 2002 aos servidores do estado do Rio

## Decisão garante 13º para servidores do Rio

O Senado aprovou projeto de resolução do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que permitirá a liberação de recursos para liquidar o pagamento do 13º salário de 2002 ao funcionalismo do estado do Rio de Janeiro. O substitutivo apresentado pelo relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), permitiu a troca de ativos na conta que funcionou como garantia para viabilizar a privatização do Banerj.

A governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, que esteve na Subcomissão da Dívida Pública no dia 3 deste mês, explicou que esse projeto (PRS nº 38/2003) permitirá fechar a negociação com o Banco Itaú, comprador do Banerj, para liberar cerca de R\$ 600 milhões da chamada conta B. Sérgio Cabral disse que a recente alteração no fundo ambiental do estado, composto por *royalties* do petróleo, proporcionará os recursos necessários para recompor integralmente o saldo

financeiro dessa conta.

Suassuna explicou, em seu relatório, que o governo fluminense obteve em 1997 um empréstimo de R\$ 3,088 bilhões da Caixa Econômica Federal, com aval da União, formando provisão para o pagamento de aposentadorias, pensões, obrigações trabalhistas e fiscais de outras pendências judiciais do Banerj.

Em Plenário, o projeto foi relatado pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que salientou as dificuldades financeiras por que passa o estado, fruto de discriminação que o Rio de Janeiro sofreria no que diz respeito aos repasses federais.

– O Rio de Janeiro é o único estado a receber menos de 5% dos impostos que são arrecadados em seu território – afirmou Crivella.

Sérgio Cabral observou ainda que os recursos permitirão o pagamento dos servidores e terão efeito positivo na qualidade do serviço público.

## Membros das Forças Armadas voltam a ter foro especial

O Plenário do Senado ratificou ontem a aprovação de substitutivo ao projeto que introduz alterações no Código Penal Militar e no Código de Processo Penal Militar. A principal mudança é que, no caso de crimes dolosos contra a vida de civil cometidos por membros das Forças Armadas, os réus deixarão de ser julgados pelo Tribunal do Júri. Os membros do Exército, Ma-

rinha e Aeronáutica terão direito a foro militar.

Pelo novo texto legal (PLS nº 132/2000), apenas os militares vinculados aos estados e ao Distrito Federal – PMs e bombeiros – que cometerem crime doloso contra a vida de civil continuam sendo julgados pela Justiça comum. A matéria segue para a Câmara dos Deputados. Autor do substitutivo oferecido

pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) – foto – argumentou que "a situação em vigor tem mantido uma indesejável situação de potencial conflito de competências entre a Justiça Militar Federal e a Justiça comum".

As duas leis modificadas regulam os crimes praticados por militares em tempos de paz.



## REFORMAS

Comissão ouve ministro da Previdência Social e representantes da Associação dos Membros do Ministério Público e de sindicatos. Presidente do STJ participou de debate sobre o projeto de mudanças na Justiça



**DISCUSSÃO** Ricardo Berzoini (foto menor) defende, em debate na CCJ, a proposta do governo que estabelece alterações na Previdência Social

## Para Berzoini, proposta atende a justiça social

“Mais que um problema de caixa do governo, a reforma da Previdência é um problema de justiça social entre o sistema para os empregados privados e o do funcionalismo”, afirmou ontem o ministro Ricardo Berzoini, durante audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele destacou que com a reforma, os servidores públicos terão o mesmo teto de aposentadoria que os trabalhadores em geral.

Berzoini repetiu a argumentação do governo federal ao propor a reforma, lembrando que aumentou a expectativa de vida dos brasileiros, caiu o número de pessoas com carteira assinada e “o mundo inteiro já abandonou o pagamento de salário integral ao servidor que

se aposenta”.

### Advertência

Também participando da audiência, o representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Fernando Grella Vieira, advertiu que alguns pontos da proposta “poderão ser questionados na Justiça”.

— Em dezembro de 1998 o sistema foi mudado, fixando-se um sistema de transição para quem já era servidor. Agora, a reforma está mudando a reforma, não respeitando o sistema de transição implantado, inclusive eliminando a paridade. É nesse ponto que a reforma poderá ser questionada.

A presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco),

Maria Lúcia Fattorelli Carneiro, sustentou que o Regime Geral de Previdência (INSS) “não é deficitário em R\$ 17 bilhões por ano, como afirma o governo”. Para ela, o problema é que o governo não repassa à Seguridade Social os recursos previstos pela Constituição.

A CCJ ouviu ainda Roberto Policarpo, presidente do Sindicatos dos Servidores do Judiciário, e Magno Melo, do Sindicato dos Servidores do Legislativo.

A Comissão de Justiça decidiu promover mais duas audiências públicas para ouvir associações de servidores, com a presença do ministro da Previdência: uma na tarde desta segunda-feira e a outra na tarde do dia seguinte.

## Naves prevê reflexos negativos das mudanças

As mudanças na Previdência poderão causar dificuldades para o Judiciário, inclusive tornando mais lenta a prestação jurisdicional. O alerta foi feito ontem pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Nilson Naves, em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) convocada para debater a reforma do Judiciário.

O ministro receia que o teto salarial, entre outras mudanças, venha a tirar da magistratura “os poucos atrativos” que a carreira oferece.

Quanto à reforma do Judiciário, Naves sugeriu a transformação do Supremo Tribunal Federal (STF) em corte constitucional. Ele defendeu a súmula vinculante e a criação de um controle externo, desde que integrado por representantes do próprio Poder.

Naves manifestou-se, entretanto, contra a exigência de “quarentena” de três anos para os juizes que se aposentarem poderem advogar nos tribunais em que trabalhavam.

A instituição de um fundo público de aposentadoria complementar administrado pelo Judiciário foi defendida por Nilson Naves, em resposta ao senador Jefferson Péres (PDT-AM). Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) indagou sobre o aumento de idade para a aposentadoria compulsória, dos 70 anos para 75 anos, tendo o ministro afirmado que “a idéia não é boa para a magistratura”.

Respondendo a Serys Slhessarenko (PT-MT), ele disse que magistrados italianos já estão se mobilizando para que o controle externo da instituição seja feito apenas por integrantes do Judiciário daquele país.



**POSIÇÃO** Ao lado de Edison Lobão e José Jorge (D), Nilson Naves expõe opinião sobre vários pontos da reforma do Judiciário

## PFL apresenta 17 emendas à proposta da Previdência

A liderança do PFL apresentou 17 emendas à proposta de reforma da Previdência, em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. As emendas procuram amenizar a cobrança de contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas. Também instituem um sistema de transição para os atuais servidores, reduzem de três para um os subtetos salariais nos estados e asseguram aos futuros funcionários o direito de optar por fundos privados de previdência complementar.

A emenda que cria uma transição entre o atual sistema e o novo

modelo de aposentadorias no serviço público diminui o impacto provocado pela proposta aprovada na Câmara. Conforme o texto, quem está no serviço público terá de trabalhar por mais cerca de sete anos para pleitear aposentadoria. O PFL propõe que esses sete anos adicionais sejam aplicados integralmente apenas para quem está começando a trabalhar agora.

Para isso, a fórmula usa um sistema proporcional. Quem já cum-

priu, por exemplo, 80% do tempo de contribuição, trabalharia os 20% restantes e ainda cumpriria um adicional de 20% dos sete anos previstos pelos deputados. Nesse caso, o acréscimo seria de 1,4 ano (16 meses e 24 dias). Detalhe: de qualquer forma, nenhum servidor poderá se aposentar antes dos 53 anos de idade (homem) ou 48 anos (mulher), como já exige a atual legislação.

A emenda do PFL permite que os servidores que tomaram posse

antes de 16 de dezembro de 1998 (data em que foi promulgada a reforma previdenciária do governo passado) possam se aposentar com cinco anos de serviço público, e não com os 20 anos previstos no projeto aprovado pelos deputados.

Outra mudança sugerida pelo partido é a diminuição do redutor que será cobrado de quem quiser se aposentar antes de completar 55 anos (mulher) ou 60 anos (homem), desde que já tenha tempo suficiente de contribuição e de serviço público. A Câmara aprovou um redutor de 3,5% por ano antecipado, se a aposentadoria for pe-

didada até 31 de dezembro de 2005. O PFL reduz o percentual para 0,5%. Depois de 2005, o redutor será de 5% por ano antecipado, no máximo de sete anos.

No caso dos aposentados e pensionistas do serviço público, o PFL propõe várias opções. Uma delas simplesmente elimina a contribuição de 11% para aposentados e pensionistas. Outras procuram evitar a cobrança para quem é aposentado por invalidez e tem mais de 70 ou 75 anos de idade. Existem ainda alternativas de 10% e de 20% para o redutor das pensões que passarem de R\$ 2.400 (a Câmara votou 30%).

**Uma das sugestões elimina a taxa dos aposentados e pensionistas do serviço público**

# REFORMAS

Em encontro com o presidente do Senado, líderes da "Marcha dos Prefeitos" apelam por aprovação da emenda que aumenta os recursos do Fundo de Participação dos Municípios

## Mão Santa sugere dividir CPMF e Cide

Após participar da "Marcha dos Prefeitos", o senador Mão Santa (PMDB-PI) anunciou que defenderá, na reforma tributária, a divisão com as prefeituras dos recursos arrecadados com a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).



Mão Santa diz que ouviu a "voz rouca das ruas"

– Inspirado em Ulysses Guimarães, que disse que os políticos devem ouvir a voz rouca das ruas, eu ouvi e quero dizer: o Senado tem que modificar a reforma tributária e dividir o bolo tributário para repassá-lo também àqueles que estendem as mãos aos cidadãos brasileiros, que são os prefeitos – afirmou Mão Santa.

## Senado mudará proposta, prevê Leonel Pavan

O Senado saberá manter suas responsabilidades com o pacto federativo, alterando a proposta de reforma tributária de modo a garantir receitas para os municípios, avaliou ontem o senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Ele anunciou a disposição de lutar por mudanças na proposta que, afirmou, agrava as dificuldades das prefeituras.



Leonel Pavan: momento vital para prefeituras

– É um momento vital para as prefeituras, que pretendem uma participação mais justa no bolo tributário – salientou.

Pelos cálculos de Pavan, o texto que está na Câmara representa um acréscimo de R\$ 3,7 bilhões anuais para as prefeituras, mas seriam necessários R\$ 20 bilhões a mais nos orçamentos municipais.



EXPECTATIVA Prefeitos visitam Sarney e dizem que Senado será "espaço principal" de discussão da reforma

# Prefeitos pedem apoio de Sarney aos municípios

Mais de 30 prefeitos e representantes de federações e associações de municípios foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, a quem pediram apoio para a aprovação, na reforma tributária, de emenda destinada a aumentar os recursos que hoje recebem do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O presidente do Senado reconheceu a procedência das alegações e prometeu dar curso ao pleito quando o texto da reforma tributária for submetido ao exame da Casa. A matéria ainda depende de votação na Câmara.

A emenda aumenta, de 22,5% para 27,5%, a participação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR) na composição do fundo. Se os prefeitos conseguirem aprová-la, os 5.561

municípios terão mais R\$ 5 bilhões em recursos anuais. O presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, disse que Sarney prometeu, tanto quanto possível, colaborar na luta para a aprovação dessa mudança.

– O Senado vai ser o espaço principal dessa discussão, pois não abre mão de rediscutir toda a questão federativa, já que é a Casa da Federação brasileira – comentou Ziulkoski.

### Marcha

A Mobilização Nacional em Defesa dos Municípios, chamada "Marcha dos Prefeitos", reuniu mais de 3 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. O presidente da Frente Parlamentar Pró-Municípios, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), acompanhou toda a marcha, desde a concentração em frente à Catedral até a

reunião no Auditório Petrônio Portella, no Senado.

Em discurso, Suassuna insistiu em que o movimento é suprapartidário e, portanto, aceita o apoio de todos. Para comprovar que não é contra o Executivo, ele destacou a presença no encontro do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo. A ressalva foi feita após críticas de alguns prefeitos aos parlamentares petistas.

De acordo com Suassuna, a marcha certamente sensibilizou os senadores, tanto que, além de Mercadante, vários participaram do movimento, como Romeu Tuma (PFL-SP), José Agripino (PFL-RN), Leonel Pavan (PSDB-SC), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Jorge Bornhausen (PFL-SC), Marco Maciel (PFL-PE), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Aelton Freitas (PL-MG).

## Suassuna defende alterações no texto

Presidente da Frente Parlamentar Pró-Municípios, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem mudanças no texto da reforma tributária, que tramita na Câmara, de forma a aumentar a participação municipal na arrecadação. Suassuna disse que nos últimos dez anos houve diminuição de 19% para 12% na participação dos municípios no bolo tributário, situação agravada pelo aumento das atribuições.

As manifestações de Suassuna provocaram debate. O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) culpou o governo pelas dificuldades dos municípios. Ele disse que, se o Executivo tivesse enviado um texto mais justo,

não haveria necessidade de os prefeitos viajarem a Brasília para pressionar.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse que o texto enviado pelo governo não aumenta a carga, muito menos retira recursos dos municípios, "pelo contrário". Ela destacou a participação que os municípios teriam na receita da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e a transformação do Imposto Territorial Rural em tributo municipal.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) enumerou medidas tomadas pelo Congresso e pelo governo que contribuíram para a recomposição das finanças municipais. Citou a aprovação da



PERDA Suassuna aponta queda na participação dos municípios

Lei Complementar 116/2003, que ampliou a lista de serviços sujeitos ao Imposto sobre Serviços (ISS) e da legislação sobre o transporte escolar (Lei nº 10.709/2003). Por parte do Executivo, disse, foram triplicados os recursos destinados à merenda na pré-escola.

## Aelton propõe isenção de IPI para prefeituras

O senador Aelton Freitas (PL-MG) defendeu ontem projeto (PLS nº 368/2003) de sua autoria concedendo isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos e equipamentos usados pelas administrações municipais na prestação de serviços públicos. O objetivo, ressaltou, é aumentar os recursos das prefeituras.



Aelton quer reduzir custos dos municípios

A isenção seria extensiva ao Distrito Federal e válida somente para produtos de fabricação nacional com fins especiais, com destaque para ambulâncias, caminhões-pipa, tratores, veículos coletores de lixo ou destinados ao transporte escolar, bem como veículos usados para reparar vias públicas e rodovias.

## Garibaldi cobra correção da tabela do IR

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) reivindicou ontem a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), que já apresenta 58% de defasagem. Ele explicou que esse percentual tem por base dezembro de 1995, quando a atual tabela foi fixada, descontada a correção de 17,5% concedida há pouco mais de um ano.



Garibaldi aponta defasagem de 58% na tabela

Garibaldi frisou que, quando a tabela não é corrigida, há um injusto aumento de imposto, por dois mecanismos. Primeiro, por inchaço inflacionário, o contribuinte pode ter seus rendimentos tributáveis empurrados para uma faixa superior. Segundo, as deduções ficam congeladas, resultando em aumento do imposto a pagar.



Roosevelt Pinheiro

**FINALIDADE** Raupp lembra que contribuição foi criada para recuperar as estradas do país

## Raupp alerta para desvios nas verbas da Cide

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) citou ontem relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) alertando o Ministério dos Transportes e o Congresso Nacional acerca dos desvios de finalidade na destinação de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Raupp lembrou que, quando foi criada, a Cide tinha a previsão de destinar 75% do seu valor a investimentos na infra-estrutura de transportes do país. No entanto, a desvinculação de receitas da União, no governo anterior e na atual administração, está permitindo que os recursos da Cide sirvam para outros fins.

As rodovias de Rondônia, informou o senador, apresentam condições lastimáveis. Como as chuvas chegarão em breve, não haverá tempo para realização de obras ainda este ano e as estradas ficarão intransitáveis. Raupp citou dados do TCU, destacando que estradas ruins aumentam em até 38% o custo operacional dos veículos, 58% o consumo de combustíveis, 100% o tempo das viagens e 20% o custo do frete.

# Ana Júlia aponta caminho para fazer reforma agrária

**Medidas adotadas pelo governo surtem efeito, mas senadora defende adoção de outras iniciativas**

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) fez uma análise sobre a atual situação fundiária do país, destacando os entraves, as propostas e as medidas já adotadas pelo governo Lula para implementar uma reforma agrária racional, justa e produtiva. Segundo assinalou, "o governo tem a missão de tratar a questão agrícola e agrária com seriedade e profundidade, reconhecendo as especificidades de cada segmento do mundo rural brasileiro".

Ana Júlia deu como exemplo o programa Vida Digna no Campo, que tem como principal plataforma a convivência entre a agricultura empresarial e familiar. Ela selecionou algumas iniciativas do atual governo em prol do desenvolvimento da agricultura familiar e de



José Cruz

**DIFICULDADE** Brasil ainda é o 12º na América em concentração fundiária, diz Ana Júlia

assentamentos da reforma agrária, como a renegociação de mais de 800 mil contratos de investimento e custeio; o lançamento de um plano safra, com R\$ 5,4 bilhões em crédito e diversificação das linhas de financiamento; e a implementação de um programa de compras dessa produção.

Mesmo com a adoção dessas medidas, o Brasil apresenta a 12ª maior concentração fundiária do continente americano e registra a existência de 135 mil famílias vinculadas a 1.548

acampamentos rurais em 26 estados, a maioria localizada nos estados da Bahia, Pernambuco, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Pará.

Na opinião da senadora, os dois principais vetores de solução do problema fundiário brasileiro são "a resolução do passivo infra-estrutural dos assentamentos já existentes e a instalação de novos assentamentos em bases diversas das existentes".

Ana Júlia também listou outras dificuldades a serem superadas. Na área governamental, propôs maiores recursos para compra de terras e a retirada dos títulos da dívida agrária do cálculo do déficit primário. Na área judicial, fez um apelo para que seja acelerado o julgamento de ações de desapropriação de áreas para fins de reforma agrária, e considerou que cabe ao Legislativo fazer um trabalho sério e competente para acelerar a legalização e propor novos instrumentos para melhor distribuição de terras no país.



Roosevelt Pinheiro

**POSIÇÃO** Jefferson informa ter recusado, em nome do PDT, cargos oferecidos na Receita

## Jefferson teme partidarização na Receita

O líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), advertiu para o risco de partidarização da Secretaria da Receita Federal, que, segundo ele, deve ser um órgão técnico e inteiramente apartidário.

– No início do governo Lula fui procurado pelo governo, que queria apresentar os cargos a que o PDT teria direito por ter apoiado a candidatura do PT. Eu disse que o meu partido era inteiramente contrário ao preenchimento de cargos por critério político – informou o senador, relatando que, apesar disso, pediu para ver a lista de cargos disponíveis.

Jefferson afirmou que, ao perceber que a Receita estava na lista, pediu ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que a retirasse, "porque o país não pode tolerar que sonegadores sejam protegidos e acobertados por um secretário da Receita comprometido politicamente".

Jefferson Péres também anunciou a filiação ao PDT do senador Juvêncio da Fonseca.

– É um político digno, que honra Mato Grosso do Sul e com quem eu próprio tenho identificação pessoal – frisou.

## Suplicy, Heloísa e Tião Viana protestam contra prisão da mulher de José Rainha

A prisão ontem de Diolinda Alves de Souza, esposa do líder dos sem-terra José Rainha Júnior, em Teodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema (SP), recebeu duras críticas de senadores em Plenário. Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a prisão – sob a acusação de formação de quadrilha –, efetuada na residência de

Diolinda, diante dos dois filhos dela, constituiu um abuso por parte do juiz Atis Araújo Oliveira, "inclusive sob o ponto de vista humanitário".

De acordo com a senadora Heloísa Helena (PT-AL), Diolinda precisou recorrer a vizinhos para que cuidassem das crianças de 10 e 2 anos.

A senadora disse que o Tribu-

nal de Justiça de São Paulo deve remover o juiz que determinou a prisão, que não teria o distanciamento necessário para tratar do caso.

O líder do PT, Tião Viana (AC), pediu que o presidente do Senado, José Sarney, envie ao Tribunal de Justiça de São Paulo a manifestação da preocupação da Casa com o ocorrido.

## Costa sugere que o BNDES também seja sócio da Cemig

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) sugeriu ontem que Minas Gerais assinasse acordo semelhante ao que foi feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em relação à dívida da empresa norte-americana AES com a compra da Eletropaulo. O BNDES tornou-se sócio da Eletropaulo como perdão de parte da dívida de US\$ 700 milhões pelas compras da Eletropaulo e da Cemig.

Apesar de a empresa norte-americana não ter quitado o que deve ao BNDES, de 1997 até hoje a AES recebeu R\$ 150 milhões de dividendos da Cemig e tem direito a mais R\$ 19 milhões até o final do ano, explicou o senador.



Roosevelt Pinheiro

## Justiça tributária vai reduzir a violência, acredita Crivella

"Não dá mais para reconhecer o mal e conviver com ele", alertou ontem o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), ao pedir um "basta à violência" em seu estado. Ele defende uma política de justiça tributária para reverter o quadro de insegurança no estado.

Ao observar que a saída para combater a violência passa pela melhor distribuição da receita tributária, Crivella criticou o fato de menos de 5% dos impostos federais recolhidos no estado reverterem em favor de sua população.



Roosevelt Pinheiro

## Alvaro Dias pede a imediata retomada do crescimento

A retomada do crescimento da economia brasileira e dos investimentos públicos foi defendida ontem pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele acredita que uma política mais ativa dos bancos federais na concessão de créditos contribui com esse objetivo. Para o parlamentar, a redução gradual da taxa de juros por si só não garante a retomada do crescimento. Alvaro lembrou que o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) reviu recentemente, de 1,6% para 0,5%, a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003 – o que, a seu ver, evidencia que o Brasil vive um momento recessivo e as consequências já começam a ser sentidas pela população.



Roosevelt Pinheiro

## Sítios oficiais na Internet terão tradução total

A Comissão de Educação aprovou substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao projeto de lei do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que determina que os documentos, textos e artigos em língua estrangeira colocados à disposição do público em sítios da Internet mantidos pela União, estados e municípios sejam apresentados também em português. Caso não haja recurso à decisão da CE, a matéria (PLS nº 225/2003) estará pronta para seguir para a análise dos deputados.

– É desejável que seja facilitado o acesso de estrangeiros às informações e análises de documentos oficiais disponibilizadas na Internet. No entanto, não é razoável, como ocorre hoje, que os cidadãos brasileiros não possam ter o mesmo acesso, uma vez que esses do-

mentos, com frequência, estão disponíveis apenas em sua versão em língua estrangeira – afirma Aloizio Mercadante.

O relator ampliou a abrangência da proposta, incluindo os governos municipais e estaduais entre os entes públicos que devem cumprir as determinações sugeridas pelo senador paulista.

A comissão também aprovou ontem, em caráter terminativo, com base em relatório do senador Mão Santa (PMDB-PI), o projeto de lei (PLS nº 212/2003) do senador Flávio Arns (PT-PR) que institui 16 de novembro como o Dia Nacional dos Ostomizados (é a pessoa cujo conteúdo dos intestinos ou da bexiga passa por um buraco feito no abdômen, o ostoma, para um saco exterior).

Terminativamente, a CE, presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), aprovou ainda o Projeto de Lei do Senado nº 324/2003, que institui o Dia Nacional dos Jornais Oficiais, a ser comemorado anualmente no dia 1º de outubro. De autoria do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a proposta foi relatada na comissão pelo senador Renildo Santana (PFL-SE).



**APOIO** Costa (E), ao lado de Osmar, disse no relatório que projeto garante cidadania para alunos especiais

## Fundef vai financiar ONGs que têm alunos especiais

**■ Comissão de Educação aprova projeto que permite pagamento dos professores com recursos públicos**

Professores da educação especial em instituições privadas sem fins lucrativos, como as Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (Apaes) e as Sociedades Pestalozzi, poderão ser remunerados com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). A possibilidade está prevista em projeto de lei (PLC nº 21/2003) aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE) com base em relatório do senador Hélio Costa (PMDB-MG).

Isso será possível porque o projeto, que teve requerimento de urgência aprovado pela CE, inclui o número de alunos da educação especial matriculados nessas instituições no cálculo de distribuição dos recursos do Fundef.

Como já foi aprovada pelos deputados e não sofreu alterações no Senado, basta que o Plenário aprove a proposta para que a matéria vá à sanção do presidente da República.

– A medida constitui iniciativa indispensável para a garantia do pleno exercício da cidadania das crianças e jovens brasileiros com necessidades especiais – afirmou Hélio Costa.

### Mais recursos

A pedido dos demais integrantes da comissão, o senador José Jorge (PFL-PE) decidiu transformar seu voto em sepa-

rado em um novo projeto de lei, já que as mudanças fariam com que a matéria voltasse à análise da Câmara.

José Jorge explicou que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) instituiu o percentual de 5% a mais no que diz respeito aos repasses financeiros referentes a matrículas em estabelecimentos de ensino especial. Para ele, porém, essa diferenciação é mínima e não satisfaz a necessidade de recursos para a educação de deficientes visuais ou surdos.

Flávio Arns (PT-PR), que quando deputado foi relator da matéria na Câmara, disse que a proposta faz parte de um “grande anseio e expectativa da comunidade que cuida dos deficientes”, principalmente das instituições dedicadas exclusivamente à educação especial.

## Cristovam deve explicar fim do Provão e novo método de avaliação dos cursos

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, será convidado a prestar esclarecimentos à Comissão de Educação sobre a extinção do Exame Nacional de Cursos, o chamado Provão, e a proposta do ministério com relação ao novo Sistema de Avaliação da Educação Superior. Requerimento nesse sentido, de autoria do senador José Jorge (PFL-PE), foi aprovado ontem pela comissão.

– O Provão foi um avanço muito importante e já estava sedimentado. Os alunos não faziam mais boicote e as insti-

tuições respeitavam os resultados. Agora, tudo isso vai ser substituído por uma avaliação burocrática, com relatório de três páginas, do qual ninguém vai tomar conhecimento – afirmou José Jorge (foto).

Segundo notícias recentes, o Provão deixaria de ser obrigatório, refletindo apenas um item de avaliação das instituições de ensino superior.



## Renúncias fiscais serão analisadas

A CE pretende obter um perfil detalhado de todas as renúncias fiscais do país, incluindo as que podem ser extintas pela proposta de reforma tributária. Requerimento nesse sentido, aprovado ontem, será enviado aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. A sugestão de busca das informações foi apresentada pelo diretor-presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine), Gustavo Dahl, em carta dirigida ao presidente da CE, Osmar Dias, e ao senador Roberto Saturnino (PT-RJ), presidente da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática.

## Professores indígenas visitam Senado

O senador Osmar Dias recebeu ontem os professores Maria de Lurdes, da etnia Guarani, Fausto Mandolão (Macuxi), e Irani Miguel (Kaingang), representantes da Comissão Nacional de Professores Indígenas, que estiveram no Senado em busca do apoio da CE a fim de garantir recursos para a educação escolar indígena, nos níveis básico, fundamental e médio, no Plano Plurianual (PPA) de 2004 a 2007. Atualmente existem cerca de 4 mil professores indígenas no Brasil, em 2.033 escolas, atendendo a mais de 133 mil estudantes indígenas em 1,5 mil aldeias em 24 estados do país.

## Rejeitada emenda sobre TV a cabo

Com base em relatório do senador José Jorge (PFL-PE), a Comissão de Educação decidiu rejeitar emenda de Plenário do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao projeto de lei (PLS nº 175/2001) do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que abre a possibilidade de o capital estrangeiro ter participação de até 100% em empresas concessionárias do serviço de TV por assinatura. Segundo José Jorge, a emenda não contempla a possibilidade de aumento da participação do capital estrangeiro e, na prática, manteria o limite atual de 49% do capital da empresa.



**Mercadante: cidadão deve ter acesso integral**

## João Batista denuncia ação de ONGs no Espírito Santo

O senador João Batista Motta (PPS-ES) denunciou ontem que organizações não-governamentais (ONGs) estrangeiras estão querendo inviabilizar projetos de desenvolvimento sustentado no litoral norte do Espírito Santo. Essas ONGs, disse ele, querem a criação de um parque marinho com proteção integral, excluindo a pos-

sibilidade de exploração econômica nos moldes do desenvolvimento sustentado, ou seja, com preservação ambiental.

O Parque Nacional Marinho de Santa Cruz, informou o senador, coincide em sua área com complexos industrial, portuário e petrolífero. Agentes dessas ONGs, afirmou João Batista, têm pressionado servido-

res do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a criação do parque nos moldes que defendem, tornando a área inacessível até mesmo para pescadores artesanais.

– Conto com a Polícia Federal para que se faça cumprir a lei, impedindo que representantes dessas ONGs tenham li-

vre trânsito no país, pressionando servidores e praticando a biopirataria – salientou.

Ele afirmou ser a favor da implantação de unidades de conservação, desde que permitam atividades econômicas com base no desenvolvimento sustentado. Em aparte, Marcelo Crivella (PL-RJ) parabenizou João Batista pelo discurso.



**PREJUÍZO** Para João Batista, ONGs estrangeiras querem inviabilizar projetos

## Lúcia Vânia quer facilitar acesso a medicamentos

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) registrou a realização esta semana, em Goiânia, de três eventos na área de medicamentos: o 4º Congresso Brasileiro de Medicamentos Genéricos, a 3ª Exposição da Indústria Farmacêutica e o 2º Congresso Nacional de Medicamentos. Ela também informou que a Subcomissão de Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais, vai promover audiência pública sobre a questão dos genéricos.

Lúcia Vânia anunciou ter encaminhado emenda a projeto que prevê a compra de genéricos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Para ela, um dos principais desafios do Brasil na área social é o acesso da população aos medicamentos.

– Para cerca de 50% das pessoas atendidas pelos médicos faltam condições de comprar os medicamentos prescritos, segundo dados da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica. São 50 milhões os brasileiros com problemas de saúde diagnosticados, mas que não conseguem fazer o tratamento por falta de dinheiro para ir à farmácia – assinalou.

O problema envolve dois aspectos graves, conforme a senadora: o cidadão fica impossibilitado de curar sua doença, ou de um membro da família, e ainda sobrecarrega o sistema público de saúde, porque certamente terá que recorrer de novo ao posto ou hospital.

– Por que até hoje o governo só compra medicamentos similares, em vez de comprar os genéricos, muito mais seguros? – indagou Lúcia Vânia.

Ela recebeu apertes dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Leonel Pavan (PSDB-SC).



**CONCORDÂNCIA** Convidados e senadores manifestaram-se a favor do acompanhamento no parto

## CAS avalia proposta para tornar parto mais humano

**Especialistas defendem projeto de Ideli Salvatti que prevê acompanhante para parturiente no SUS**

Os integrantes da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discutiram ontem, em audiência pública, a possibilidade de as parturientes terem direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto e o pós-parto em hospitais e clínicas do Sistema Único de Saúde (SUS). A CAS reuniu cinco especialistas ligados à área, que defenderam a presença do acompanhante como forma de tornar o parto mais humano.

A audiência foi solicitada pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), para instruir o Projeto de Lei nº 195/2003, de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Patrícia observou que

é preciso sensibilizar os profissionais da área de saúde para a importância do acompanhamento na hora do parto.

Segundo Ideli Salvatti, existe uma experiência bem-sucedida em Santa Catarina, onde se comprovou que o fato de a parturiente contar com acompanhante no parto e no pós-parto diminui o número de cesarianas e o tempo de internação.

Para a representante da secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Maria José de Oliveira Araújo, o projeto é um passo importante para garantia dos direitos da mulher. O mesmo pensamento tem a enfermeira do hospital da Universidade Federal de Santa Catarina Silvana Maria Pereira.

O obstetra Marcos Leite dos Santos, coordenador nacional da Rede para Humanização do Parto e do Nascimento (Rehuma), também defendeu o parto humanizado e acrescentou

que o resultado é uma sensível redução na taxa de cesariana e na aplicação de medicamentos.

A psicóloga Maria Isabel Régis, da UFSC, informou que um parto bem feito e cercado por acompanhante escolhido pela parturiente tem reflexos positivos na amamentação do bebê. O professor Carlos Eduardo Pinheiro, do Departamento de Pediatria da mesma universidade, observou que o parto representa a plenitude da saúde e não uma doença.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) disse que o parto deve ser encarado como um momento especial do ser humano. O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) reconheceu a importância do projeto. A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), frisou que, mesmo sendo de oposição, não poderia deixar de aplaudir a decisão do Ministério da Saúde de apoiar o projeto.

## Papaléo Paes pede combate à depressão

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) lamentou ontem o “descaso” com que as autoridades enfrentam o controle da depressão, conhecida como “a doença da alma”, “demônio do meio-dia” ou o “mal do século 21”. Conforme o senador, que pediu ações públicas concretas em relação às doenças mentais, as campanhas governamentais sobre depressão são inexpressivas e falta vontade política para combater a doença.

Papaléo reconheceu que a aprovação da Lei nº 3.048, em 1999, foi um avanço, pois incluiu a depressão entre as doenças do trabalho. Ele observou, no entanto, que pouco foi feito além disso, à semelhança do que tem acontecido no resto do mundo. O senador informou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 40% dos países não têm políticas públicas para a saúde mental e 25% não possuem sequer legislação sobre o tema.

Esses dados são alarmantes, observou Papaléo, já que segundo a OMS em 20 anos a depressão saltará do 4º para o 2º lugar no ranking das doenças mais dispendiosas. Só nos Estados Unidos, os custos anuais de controle e tratamento da doença chegam a US\$ 47 bilhões.

O senador, que é médico, disse que tem se preocupado com os crescentes números relativos à depressão, citando registros de que, na capital do estado que representa, Macapá (AP), há alto índice de suicídios decorrentes da doença. Os senadores Aelton Freitas (PL-MG), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Mão Santa (PMDB-PI) apartearam o pronunciamento e se associaram à preocupação de Papaléo.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Sérgio Zambiasi e Mão Santa